

COMPETÊNCIA POLÍTICA DO ENFERMEIRO: achados bibliográficos

Washington Campos Barbosa LIMA^a

Sueli Fátima SAMPAIO^b

RESUMO

Pesquisa bibliográfica sobre competência política do enfermeiro em textos científicos de cinco livros, 12 periódicos e duas dissertações de mestrado com análise das abordagens em termos de conteúdo e contextualização. Os achados revelam que, quando da institucionalização em 1920, a enfermagem se apresentava acrítica e passiva frente aos acontecimentos da época. Em 1940 inicia-se um ensaio de sua projeção política, mas, somente nas décadas de 1970 e 1980, o posicionamento do enfermeiro estabelece concretude social frente ao sistema público de saúde e da rediscussão do rumo intelectual e político da profissão. É a partir de 1990 que se observa uma discussão do pensamento crítico e da prática social da enfermagem. Conclui-se que ainda há uma cisão na profissão, na qual, de um lado, há um grupo consciente, crítico e politizado e, de outro, um grupo ainda passivo e acomodado, o que torna incipiente o posicionamento político dos enfermeiros.

Descritores: Política. Competência profissional. Papel do profissional de enfermagem.

RESUMEN

Pesquisa bibliográfica sobre aptitud política del enfermero en textos científicos de 5 libros, 12 periódicos y 2 disertaciones de maestría con análisis de los abordajes en términos de contenido y contexto. Los hallazgos revelan que en 1920, cuando hubo la institucionalización, la enfermería era pasiva y no criticaba los acontecimientos de la época. En 1940 comienza un ensayo de su proyección política, pero solo en 1970 y 1980 su posición de enfermero se vuelve concreta en la sociedad junto al sistema público de salud y se discute nuevamente el camino intelectual y político de la profesión. Es a partir de 1990, que se observa una discusión del pensamiento crítico y de la práctica social de la enfermería. La conclusión es que todavía hay una división en la profesión, en la cual de un lado hay un grupo consciente, crítico y politizado y de otro, un grupo que todavía se encuentra pasivo y cómodo, o que hace con que la posición del enfermero se vuelva incipiente.

Descriptor: Política. Competencia profesional. Rol de la enfermera.

Título: Aptitud política del enfermero: hallazgos bibliográficos.

ABSTRACT

This is a literature review on the political competence of nurses in scientific texts of five books, 12 journals, and two master's degrees dissertations, analyzing approaches in terms of content and context. The findings revealed that in the 1920s, when nursing was institutionalized, nurses seemed to be non-critical and passive as to the events of their time. There was a shy political movement in the 1940s, but only in the 1970s and 1980s the nurse position becomes socially concrete as to public health care system and when discussing the intellectual and political directions of the profession. In 1990s, a discussion on critical thinking and the social practice of nursing emerged. It was concluded that there is still a gap in the profession, with a politically aware and critical group in one hand, and a passive and lethargic on the other hand, making the political position of nurses incipient.

Descriptors: Politics. Professional competence. Nurse's role.

Title: Political competence of nurses: literature findings.

^a Aluno do Curso de Graduação em Enfermagem da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Bolsista do Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da PUC-Campinas, São Paulo, Brasil.

^b Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora Titular da Faculdade de Enfermagem da PUC-Campinas, São Paulo, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A visualização da enfermagem enquanto prática social requer o posicionamento dos enfermeiros como agentes políticos e não apenas como agentes técnicos desprovidos do caráter questionador, de apreensão concreta da realidade e da compreensão própria do seu poder transformador da sociedade.

Achados históricos até a década de 1980 apontam a enfermagem como mera expectadora de transformações sociais e políticas a sua volta, tendo sempre uma postura acrítica e neutra científica e ideologicamente, acarretando em falta de autonomia profissional, prestígio social e pobreza política, limitando a visão da enfermagem a procedimentos técnicos alheios ao contexto social. Por ser uma profissão estratificada social e tecnicamente, observamos a dificuldade de se auto-afirmar e se autodeterminar como politicamente competente, apta a realizar modificações sociais e ideológicas concretas para reescrever seu próprio futuro e das suas entidades de classe⁽¹⁾.

A história mais recente aponta para uma inserção social diferenciada, concreta e irreversível evidenciada pelas conquistas políticas e ideológicas, condicionadas pela participação ativa e contundente de seus profissionais e entidades de classe. Na década de 1980, sua reorganização se deu por meio da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) com cunho cultural e científico, pela qual a participação política tomou corpo e as posições ideológicas foram definidas, sendo que a enfermagem deixou de ser somente vocação e arte e passou a ser encarada como prática social e instrumento político. Houve a reorganização dos cursos de graduação em enfermagem, rediscutindo sua competência científica e política e incentivando a participação ativa nas definições das políticas de saúde e educação do país⁽²⁾.

O caráter participativo que não limita o profissional como expectador dos acontecimentos a sua volta, poderá caracterizar o salto de qualidade na relação do enfermeiro com o mundo em que vive, não reduzindo sua prática a procedimentos técnicos, objetivos e alheios ao contexto social, mas como uma prática política e, portanto, profundamente carregada de valores.

Considerando a participação como eixo fundamental da política social, acredita-se que acooplado ao eixo sócio-econômico e assistencial, há o eixo político, enfocado na questão da participação, que apreende a mesma como alavanca para a conquista de espaços.

Um outro aspecto relacionado ao processo participativo parece estar diretamente vinculado à prática atual das relações interpessoais da sociedade, que estabelece um certo tipo de participação, que pode ou não projetar além de um estar presente que, utilizado para legitimar o processo de participar, estaria camuflando o verdadeiro espaço, que permitiria as contraposições e críticas, como um salto para as mudanças, a partir da troca de idéias e pensamentos.

Assim, como formas de participação ocupando, portanto, estes espaços de discussão estão não só o individual, por meio da exposição verbal ou escrita de idéias, mas o de ordem coletiva, que prevê um interagir com outros indivíduos em movimentos sociais e/ou políticos.

Ampliando e incorporando a esta conceitualização o termo “política”, como habilidade no trato das relações humanas⁽³⁾, torna-se possível caracterizar o indivíduo político como aquele que, por meio do processo de comunicação, toma parte em alguma coisa e possui habilidade de relacionar-se com outros.

Esta participação política deveria começar no seio da própria enfermagem, mas, ao adotar modelos científicos da administração de Taylor e Fayol, houve uma divisão social e técnica, os elos foram rompidos, a agregação e a união ficaram inviáveis, atrasando imensamente o estabelecimento dos seus determinantes sociais e políticos, pois centralizou no interior da enfermagem relações de dominação e subordinação como forma inquestionável de maior produção do trabalho⁽¹⁾.

Quando entendemos o termo política como “habilidade no trato das relações humanas”⁽³⁾, denotamos que o modelo capitalista, ainda vigente, está ultrapassado e inadequado para exercer relações pessoais e sociais de forma satisfatória e produtiva; a enfermagem moderna, questionadora, crítica e comprometida com seu espectro social e político, exige essa postura política e participativa, sem vícios. Ela precisa redirecionar suas ações para uma prática efetivamente comprometida com

as questões de caráter das relações humanas, e, portanto, sociais.

Participação é conquista⁽⁴⁾. Compreendemos que a conquista permite a ocupação de espaços, conferindo legitimidade às nossas ações. Dessa forma, precisamos de qualidade política para realizar reformas estruturais fundamentais e reorganizar nossas entidades representativas de forma competente e qualitativa, pois somente assim pode ser alavancado o desenvolvimento político e social da enfermagem.

A compreensão de que qualquer prática social não é neutra, coloca a Enfermagem, como profissão, não reduzida à consecução de procedimentos técnicos objetivos e alheios ao contexto social. Ela é, e sempre será, uma prática política⁽⁵⁾.

Considerando os princípios da prática da Enfermagem e as instituições como espaços de conflitos que reproduzem ou modificam esta prática e acreditando ser a competência política uma das molas propulsoras para a concretude de um comportamento de atitudes transformadoras, torna-se importante conhecer bibliografias de textos ou documentos que correlacionem a importância da competência política do enfermeiro.

2 OBJETIVOS

O presente estudo estabeleceu como objetivos realizar levantamento bibliográfico sobre textos que abordassem o tema competência política do enfermeiro, analisar e relacionar os enfoques em termos de conteúdo e contextualização.

3 METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica realizada por meio da sessão de automação da biblioteca do Campus II da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e localização das publicações por meio de fichários e sites eletrônicos, utilizando a Biblioteca Virtual em Saúde (<http://www.bireme.br>), na base de dados da Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e na base de dados de Enfermagem (BDENF), utilizando os descritores: política, enfermeiro e competência.

A partir da obtenção dos dados, estes foram lidos, categorizados e descritos na forma de resul-

tados e discussões, bem como apresentados em quadros distributivos relacionados à fonte, ano/período, título e autor(es).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados constituíram-se por 19 referenciais, sendo cinco na fonte caracterizada como livro, 12 como periódico e dois como dissertação de mestrado.

As discussões sobre cada referencial ocorreram por meio de leitura e análise temática, assim como inferências por parte do autor deste trabalho, de acordo com suas percepções e vivências acadêmicas e profissionais.

Ao observarmos a institucionalização da profissão Enfermagem no Brasil em 1920, notamos ainda seu comprometimento em termos de inserção social; pesquisas apontam para um desprestígio histórico com a elaboração de modelos de saúde voltados cada vez mais ao biomédico, à cura e ao hospital, no qual o saber médico sucumbiu todos os outros, sendo reproduzidas relações de poder assimétricas e subalternas. Até então, o saber da enfermagem era visto como um saber manual desprovido de qualquer embasamento científico, intelectual ou político, enquanto outras profissões da área eram caracterizadas como saber intelectual e científico sendo este pensamento e esta postura de extrema importância no atraso do desenvolvimento político e social da enfermagem⁽⁶⁾.

Reforçando esta informação da ausência de postura crítica e política, o Estado Novo, em relação à enfermagem, durante o período da Segunda Guerra Mundial, recrutava e nomeava mulheres de classe média sem a menor habilitação profissional ou capacitação técnica, apenas com intenção de caridade, vocação e religiosidade em enfermeiras, as enviava ao *front* de guerra para confortar, aliviar e cuidar dos soldados feridos. Com isso, acalmava a opinião pública da época, que dava sinais de descontentamento com a política de guerra de Vargas, que conseguiu dar uma guinada em tais questionamentos e, ainda, atingiu com esta medida generosa, o *slogan* de “Pátria Mãe”. Antes desta medida, a enfermagem era colocada no mesmo nível de profissões puramente manuais – como limpeza pública, construção de trincheiras e abrigos de emergência (Decreto-lei

4.096/6-42); ao mesmo tempo em que foi elevado o status social da enfermeira, em contrapartida, acirraram-se disputas internas entre estas novas enfermeiras sobre chefia e qual teoria adotar, o que emperrava novamente o processo de crescimento político da profissão, além de, é claro, estarem impregnadas com um modelo biomédico, submisso, puramente hospitalar e excessivamente hierarquizado, sendo esta postura perdurada por muito tempo⁽⁷⁾.

No entanto, alguns autores procuraram mostrar a representatividade política da enfermagem frente às mudanças institucionais e políticas em seus cenários de atuação abordando, por exemplo, a prática da enfermagem do ponto de vista ético-social no Sistema Único de Saúde (SUS), acrescentando ainda um estudo sobre a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, interior do Estado de São Paulo, sobre como foi construída a concretude social, política e técnica das enfermeiras deste município a partir de 1970, no qual estas profissionais foram responsáveis pela profissionalização, educação e administração do pessoal de enfermagem, além de ocuparem cargos estratégicos nas administrações regionais, vigilância epidemiológica e gerências distritais⁽⁸⁻¹⁰⁾.

Mesmo assim, observamos que esta projeção trata de um avanço isolado pois outros autores relatam a fissura social e política da enfermagem em relação às políticas de saúde pública explorando a relação do enfermeiro com os usuários do SUS e levantando questões sobre sua atuação política e social de forma não intencional em função da sua alienação, formação acadêmica tendenciosa ao modelo biomédico e o próprio desinteresse por esse tema tão importante; é interessante notar que há mais de vinte anos já se discutia competências políticas e sociais para o enfermeiro de forma desenvolvida e indubitável^(11,12).

Pesquisas relatam sobre a importância do Movimento Participação, vinculado à Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e como este refletiu na construção do conhecimento em enfermagem, identificando ainda o papel da ABEn no desenvolvimento técnico e científico da profissão nos últimos vinte anos, mencionando a importância dos congressos de enfermagem promovidos por esta instituição para a projeção política e social da profissão, incentivando processos cien-

tíficos de assistência, reformando o currículo universitário, discutindo os rumos da enfermagem e valorizando as relações pessoais e sociais no interior das equipes de enfermagem e nas equipes multidisciplinares⁽¹³⁻¹⁵⁾.

Na década de 1990 continuou a discussão sobre o rumo da enfermagem a partir dos cursos de graduação, apresentando uma retrospectiva histórica do movimento estudantil no Brasil, bem como o modo o qual este influenciou a atuação do enfermeiro no aspecto político-social – embora hoje, com esta sociedade neoliberal, observamos uma academia fragilizada em seu compromisso com as mobilizações em prol dos rumos da enfermagem, afirmar que esta ficou estéril é subestimar o poder do jovem, mas, é preciso incremento no ensino universitário afim do acadêmico de enfermagem participar na definição dos rumos da profissão⁽¹⁶⁾.

Com toda esta mobilização, os primeiros bons frutos já são clarividentes, como o reconhecimento da concretude técnica e política do enfermeiro obstetra. Este fato foi bastante interessante, pois, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro teve uma postura equivocada, veiculando em um grande jornal, que estavam querendo fazer medicina sem médicos, questionando nas entrelinhas o potencial político, social e técnico do enfermeiro. Após intervenção do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro, que esclareceu os objetivos, a medida foi aceita, as casas de parto são uma realidade afirmando definitivamente a enfermagem como uma ciência política, técnica, social e intelectual⁽¹⁷⁾.

Precisamos preparar de forma crítica, analítica e questionadora a enfermagem, dando-lhe habilidade política e intelectual para o enfrentamento de novos desafios, quebrando velhos e desgastados paradigmas, como seu *status* social rebaixado, caracterizando a profissão como mera executora de tarefas manuais; precisamos rever os conceitos e os preconceitos e caminhar rumo ao firmamento social, intelectual e político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o contexto histórico da enfermagem denotamos que, no início de sua atuação, os enfermeiros eram vistos como profissionais voltados apenas para o cuidado, desprovidos

de qualquer fundamentação científica, social e filosófica. A enfermagem era praticada como “vocação”, saber manual e demonstração de religiosidade, enfim, uma profissão pouco crítica.

Com o passar do tempo, mais precisamente com a institucionalização da saúde, ao adotar o modelo biomédico, a enfermagem assume papel coadjuvante na atenção à saúde, dificultando seu desenvolvimento político, social e científico, submetendo-se à hegemonia médica, principalmente em instituições hospitalares.

Por outro lado, nos últimos vinte anos, nunca foi tão discutida e questionada as formas de pensar e agir na enfermagem, principalmente com a intenção de inseri-la na sociedade como prática social e política, interagindo em redes sociais complexas, auxiliando o homem em seu contexto e redirecionando seus determinantes.

Assumiu-se a postura de produzir pesquisas e um corpo de conhecimentos próprio, com apresentação e discussão em eventos científicos na intenção de desenvolver competência política e inserir a enfermagem na sociedade como uma ciência concreta, crítica e atuante.

No entanto, denotamos que a enfermagem ainda vive uma crise: de um lado está um grupo pensante, crítico, questionador, profundamente carregado de valores político-sociais, que exercem a enfermagem de forma resolutiva inserindo e alavancando-a na sociedade, de forma irrisistível e definitiva, principalmente em instâncias de gerência, administração, ensino e assistência; por outro lado, está uma enfermagem submissa, acrítica, que reproduz uma postura alienada, autoritária e prepotente, pois, alguns profissionais condenam e perseguem outros, considerados politizados e questionadores.

Precisamos desenvolver pensamento crítico e análise contextual como oportunidade para o repensar da enfermagem e possibilidade de enfrentamento de novos desafios, de forma crítica e analítica, projetando socialmente a enfermagem de forma definitiva⁽¹⁸⁾.

A enfermagem moderna precisa resolver suas questões internas de identidade, profissionalizando-se cada vez mais com investimento em treinamento, pesquisa, educação e métodos científicos, bem como holísticos, de assistência. É um grande desafio, pois as conquistas são muitas, principalmente no setor primário de assistência;

todavia, é preciso mais, precisamos agregar valores políticos em nossa prática e valores sociais em nossas relações profissionais e assistenciais para darmos continuidade ao processo bem sucedido de projeção social e política já em andamento.

REFERÊNCIAS

- 1 Barros J. A divisão social da enfermagem. São Paulo: Cortez; 1986.
- 2 Brêtas ACP. As enfermeiras, o poder, a história: um estudo exploratório sobre mentalidade [dissertação de Mestrado]. Campinas: Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual de São Paulo; 1994. 120 f.
- 3 Ferreira ABH. Aurélio, século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1999. Política; p. 1599.
- 4 Demo P. Participação é conquista. 2ª ed. São Paulo: Cortez; 1993.
- 5 Rezende AL. A Enfermagem no contexto da saúde. São Paulo: Cortez; 1984.
- 6 Galleguillos BGT, Oliveira CAM. A institucionalização e o desenvolvimento da enfermagem no Brasil frente às políticas de saúde. Revista Brasileira de Enfermagem 2001;54(3):466-74.
- 7 Cytrynowicz RA. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Revista História, Ciências, Saúde: Manquinhos 2000;7(1):73-91.
- 8 Silva ME, Nozawa MR, Silva CJ, Carmona DLMAS. Práticas das enfermeiras e políticas de saúde pública em Campinas, São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública 2001;17(4):989-98.
- 9 Scochi JM, Brussolo CD, Cicconi RS. Saúde para todos: o elo existente entre saúde e política sócio-econômica. Revista Brasileira de Enfermagem 1982;1(35):131-9.
- 10 Martins AA. A enfermagem como prática social. Revista Brasileira de Enfermagem 1987;40(2/3):132-43.
- 11 Püscherl AAV. As mudanças na enfermagem: a representação das enfermeiras acerca das mobilizações institucionais. Revista da Escola de Enfermagem da USP 2002;36(2):164-9.

- 12 Mendes BWH, Caldas Júnior LA. Prática profissional e ética no contexto das políticas de saúde. Revista Latino-Americana de Enfermagem 2001;9(3):20-6.
- 13 Albuquerque LG, Pires PED. O movimento participação: uma contribuição à história da enfermagem Brasileira. Revista Brasileira de Enfermagem 2001; 54(2):174-84.
- 14 Côcco MIM, Monteiro SM. A Associação Brasileira de Enfermagem e o desenvolvimento da enfermagem no Brasil: um caminho em construção. Revista Brasileira de Enfermagem 2001;54(2):248-52.
- 15 Padilha AMO, Silva MPS, Borenstein MV. Os congressos brasileiros: pontes para libertação e transformação da Enfermagem. Revista Latino-Americana de Enfermagem 2001;9(3):7-13.
- 16 Da Silva JM, Rodrigues MM. Organizações estudantis da enfermagem nas políticas de saúde: tendências atuais. Nursing (São Paulo) 1999;19(1):22-5.
- 17 Porto F, Moraes NA, Nascimento LAM. Impacto de uma portaria ministerial: aspectos da concretude social da enfermagem obstétrica. Revista Brasileira de Enfermagem 2002;55(4):440-3.
- 18 Enders BC, Brito RS, Monteiro AL. Análise conceitual e pensamento crítico: uma relação complementar na enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem 2004; 25(3):295-305.

Endereço da autora/Author's address:
Sueli Fátima Sampaio
Av. Governador Pedro de Toledo, 638,
Aptº. 64, Bomfim
13.070-752, Campinas, SP
E-mail: sueli_sampaio@uol.com.br

Recebido em: 24/02/2007
Aprovado em: 07/08/2007